

INVESTIGAÇÕES SOBRE O TEMA DA PRÁTICA: CONTRIBUIÇÕES DE JOSÉ BARATA-MOURA PARA O DEBATE DA FORMAÇÃO PRÉ-PROFISSIONAL DE PROFESSORES¹

INVESTIGACIONES SOBRE EL TEMA DE LA PRÁCTICA: LOS APORTES DE JOSÉ BARATA-MOURA AL DEBATE DE LA FORMACIÓN PREPROFESIONAL DE LOS PROFESORES

INVESTIGATIONS ON PRACTICE: CONTRIBUTIONS BY JOSÉ BARATA-MOURA TO THE DISCUSSION ON PRE-PROFESSIONAL TEACHER EDUCATION

DOI: <http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v12i1.38053>

Elza Margarida de Mendonça Peixoto²

Resumo: Este artigo apresenta resultados de estudos pós-doutorais relativos ao tema da prática na formação de professores, no sentido de um aprofundamento teórico. Nesta direção, expõe as análises empreendidas pelo filósofo português José Barata-Moura acerca das “ontologias da prática”. Tais estudos trazem à tona abordagens que, na tentativa de se afastarem do idealismo, sem realizar uma rigorosa crítica dos seus fundamentos, acabam por produzir teorizações recheadas de uma expectativa de *posição* da realidade pela prática. Finalizamos apontando as demandas abertas pela crítica aos idealismos da prática, entre estas, a revisão crítica dos fundamentos teóricos subjacentes às disciplinas que visam à preparação pré-profissional dos professores.

Palavras-chave: Filosofia da educação. Ontologia. Materialismo. Prática. Formação de professores.

Abstract: This article presents results of postdoctoral studies regarding practice in teacher education, towards an in-depth theoretical perspective, working with the analyses of “ontologies of practice”, by Portuguese philosopher José Barata-Moura. Such studies highlight some approaches that, in an attempt to move away from idealism, without producing a thorough critique of their foundations, lead to theorizations filled with an expectation of reality *position* by practice. Lastly, the article points to the claims exposed by the criticism directed at the idealisms of practice, including the critical review of the theoretical foundations underlying the courses designed for pre-professional education of teachers.

Keywords: Philosophy of Education. Ontology. Materialism. Practice. Teacher education.

Resumen: Este artículo presenta los resultados de estudios postdoctorales acerca del tema de la práctica en la formación de profesores, con vistas a profundizarlo teóricamente. De esta forma, expone los análisis de las “ontologías de la práctica” emprendidas por el filósofo portugués José Barata-Moura. Dichos estudios sacan a la luz enfoques que, en el intento de alejarse del idealismo sin realizar una rigurosa crítica de sus fundamentos, terminan por producir teorizaciones cargadas de la expectativa de *posición* de la realidad por la práctica. Finalizamos señalando las demandas abiertas por la crítica a los idealismos de la práctica, entre las cuales está la revisión crítica de los fundamentos teóricos subyacentes a las asignaturas destinadas a la preparación preprofesional de los profesores.

Palabras clave: Filosofía de la educación. Ontología. Materialismo. Práctica. Formación de profesores.

José Adriano Barata-Moura e as investigações sobre a prática

Embora pouco (ou nada) alardeado pela indústria editorial marxista no Brasil⁵, o filósofo e professor catedrático reformado do Departamento de Filosofia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa — membro da *International Gesellschaft für dialektische Philosophie-Societas Hegeliana* e tradutor de obras

de Marx e Engels para a língua portuguesa pela Editora *Avante!* é um clássico⁶ que muito contribui para a disseminação e o esclarecimento dos fundamentos da concepção materialista e dialética. Do conjunto de suas investigações, interessa-nos particularmente uma “linha de investigação sobre a *prática*” (BARATA-MOURA, 2007, p. 44) que teve o objetivo de “aclaração do seu sentido como categoria filosófica” (BARATA-MOURA, 1994, p. 5), envolvendo uma incursão disciplinada e o exame dos pensamentos de Aristóteles (385 a.C – 323 a.C), Descartes (1596-1650), Kant (1724-1804), Hegel (1770-1831), Feuerbach (1804-1872), Marx (1818-1883), Engels (1820-1895), Gramsci (1891-1937), Heidegger (1889-1976), Sartre (1905-1980), Althusser (1918-1990), Lukács (1875-1971), Adorno (1903-1969), Goldman (1913-1970), Petrovic (1927-1993), Michel Henry (1922-2002), Jurgen Habermas (1929-), Emil Lask (1875-1915), entre outros.

Sem a pretensão de esgotamento, em levantamento no Sistema de Bibliotecas da Universidade de Lisboa, chegamos a um conjunto de artigos e livros que evidenciam um significativo aprofundamento na temática em questão: *Ideologia e Prática* (1978), *A “Práxis” para Kant* (1982), *Da representação à “Práxis”* (1986), *Ontologias da “Práxis” e Idealismo* (1986), *Filosofia – Futuro – Prática: Meditação da filosofia a partir de alguns temas feuerbachianos* (1986), *A demanda da prática: A concepção de Práxis em Feuerbach* (1986), *Idéalisme et Praxis, Annalen für dialektische Philosophie* (1989), *O horizonte prático de um ócio trabalhado. Subsídios para um estudo da “prática” em Descartes* (1998), *“Praxis”, Europaäische Enzyklopädie zu Philosophie und Wissenschaften* (1990), *Prática: para uma aclaração do seu sentido como categoria filosófica* (1994), *Uma nota sobre a prática em Francisco Soares* (1999), *Das “ontologias da práxis” a uma radicação ontológica da prática* (2000) e *Uma nota sobre a prática em Aristóteles* (2000). Por fim, em 2018, a Editora Avante! publica *As Teses das Teses* (2018), obra dedicada ao estudo minucioso dos fundamentos das *Teses ad Feuerbach* nas versões escritas por Marx (1845) e Engels (1888), obra na qual o tema da prática aparece como demanda fundante do marxismo. Este artigo visa a expor e trazer algumas reflexões suscitadas pelas obras *Ideologia e Prática* (1978), *Da representação à “Práxis”* (1986), *Ontologias da “Práxis” e Idealismo* (1986) e *Prática — para uma aclaração do seu sentido como categoria filosófica* (1994) quanto à prática como fundamento da formação de professores. Especificamente, selecionamos deste conjunto aprofundado de debates o eixo da crítica de Barata-Moura a um conjunto de intelectuais que apresentam uma “ontologia da “práxis” assentada em supostos idealistas e a delimitação do sentido forte da “categoria materialista da prática”. Nosso objetivo é precisar a prática em perspectiva materialista e dialética, com o fim de reorientar a formação pré-profissional.

As obras em questão

Ideologia e Prática veio a lume em 1978, publicada pela Editora Caminho (Lisboa, Portugal). Reúne escritos tornados públicos entre 1975 e 1977, acrescidos de notas de 1978 que buscam (a) pôr em questão as construções ideológicas que visam (visavam) a negar e apagar as contribuições do marxismo; (b) evidenciar que “apesar de lidar com manifestações e representações da consciência social, a ideologia visa sempre objectivos de natureza prática”, relativos “[...] [a]os interesses do capitalismo e do imperialismo”

(BARATA-MOURA, 1978, p. 27). Uma visão de conjunto do que será desenvolvido na obra é perceptível já na estrutura do sumário:

Quadro 1 - Sumário completo de “*Ideologia e Prática*” (1978)

Parte I <i>Ideologia e Tecnoocracia</i> (Do “fim das ideologias” à tentativa de consolidação do capitalismo tecnocrático)	I. Em jeito de introdução II. O contexto da luta ideológica em que a chamada doutrina do fim das ideologias se formula III. Algumas posições características que costumam acompanhar a famigerada “doutrina do fim das ideologias” IV. Em jeito de conclusão: “a doutrina do fim das ideologias como manifestação ideológica da fase imperialista em crise do modo de produção capitalista” Nota breve sobre alguma asneira teórica da parceria “Carneiro, Amaro & C ^a , L ^{da} ”
Parte II <i>A função eminentemente prática da ideologia</i>	§1. O imperialismo e a luta ideológica. A função ideológica é eminentemente prática §2. A presença necessária de ideologia na existência social. O fundamento da sua determinação em termos de totalidade §3. O lugar do “fundo cultural” na produção ideológica em geral. Consciência e não consciência relativamente à apreensão da sistematicidade e âmbito da ideologia §4. A presença constitutiva do plano ideológico na mediação social do real. Ideologia e conhecimento §5. Três perspectivas para a relação da ideologia com a prática §6. O atomismo e o formalismo triádico ou diático como modelos abstratos e não dialéticos para a compreensão da historicidade do real §7. A dialética materialista e a crítica do positivismo e do formalismo “racionalista” §8. A história, a totalidade contraditória em devir, como processo material, objetivo §9. A dialética do concreto e do abstrato na compreensão §10. A ideologia enquanto reflexo subjetivo da realidade objetiva. Objetividade e subjetividade do conhecimento §11. A categoria do “subjetivo” e o problema da verdade. Subjetividade e subjetivismo no conhecer §12. A radicação prática da ideologia e o seu estabelecimento como reflexo de um determinado estágio de desenvolvimento da realidade objetiva §13. O reflexo cognoscitivo não é simplesmente mecânico ou linear. Implicações da prática no reflexo sensorial §14. A unidade do sensível e do racional ao nível do conhecimento §15. A radicação originária do conhecimento no viver concreto dos homens. O carácter prático da existência social. O trabalho §16. A racionalidade concreta como horizonte fundamental da crítica e da negação §17. A base material da existência social e a ideologia §18. Algumas pretensões idealistas contemporâneas de erigir a linguagem em instância primordial determinante §19. Ideologia dominante e realidade objetiva. A necessidade de uma perspectiva histórica e de classe §20. A mistificação ideológica como reflexo da exploração §21. O fundamento objetivo da historicidade inerente à verdade §22. Reflexos, na ideologia, das transformações estruturais. Confusões revisionistas entre “ideologia” e “falsa consciência”. Ideologia da classe operária e realidade objetiva §23. Os produtos ideológicos e o horizonte concreto em que se determinam. O primado da sua função de classe num dado momento sobre a sua natureza originária e evolução histórica §24. Conceito lato e conceito restrito de “teoria”. O “prático” e o “teórico”; o “empírico” e o “teórico”; a “teoria científica” §25. São os efeitos da ideologia apenas inferiores ao próprio plano ideológico? O idealismo e o primado da consciência. O simplismo de certos “materialistas”. A dialética do ser e do pensar §26. A ideologia como reflexo e como modo peculiar de intervenção sobre a base material. O sentido determinante não é o único numa contradição dialética §27. A acção mediata da ideologia. A unidade concreta do ser e da consciência §28. O carácter “interessado” da ideologia. O condicionamento geral do comportamento social segundo a óptica das classes dominantes. Unidade e multiplicidade da ideologia §29. Luta ideológica e crise geral do capitalismo. Premissas objetivas do socialismo e premissas da revolução socialista §30. A luta ideológica como uma determinada frente da luta de classes no nosso tempo §31. Possibilidade e realidade de uma ideologia objetivamente fundada. As condições da época actual e o necessário fortalecimento do factor subjetivo §32. A luta ideológica é essencial, necessária, mas não a decisiva §33. Interpelação
Parte III	A) Sartre e a consciência como pura transparência

Notas Finais	B) O empirismo e a concepção do espírito como “tábua rasa” C) Descartes e o Inatismo D) Kant e o apriorismo crítico E) Hegel, racionalidade e negatividade F) Dominação material e dominação espiritual G) Marx, Engels e o caráter mistificador da ideologia H) Lenine e a ideologia I) Althusser e a “prática-teórica” J) A acção da teoria
--------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: Barata-Moura (1978)

Da representação à práxis vem a lume em 1986 e já anuncia a publicação, no mesmo ano, de *Ontologias da práxis e idealismo*. Sua finalidade é imediatamente exposta: “surpreender” a tendência do “idealismo contemporâneo” de “[...] ir empreendendo um progressivo encaminhamento do terreno representativo da consciência egóica para o terreno da prática intersubjectiva” e “[...] a da persistente ocultação ou disfarce dos seus supostos efectivos”, por meio de uma manobra de “demarcações” acerca daquilo que entendem por “idealismo” e mesmo de uma “pretensão a exhibir-se na cena filosófica como o ‘autêntico’ representante do ‘materialismo genuíno’” (BARATA-MOURA, 1986a, p. 17-18):

Para além de razões de natureza intrafilosófica, estas inflexões estratégicas do idealismo contemporâneo têm seguramente razões que se não restringem ao domínio abstracto da filosofia. A crise de prestígio epistemológico decorrente da sua própria fragilidade e amplamente demonstrada nos múltiplos confrontos críticos a que vai sendo submetido, juntamente com uma agudização crescente das contradições e dificuldades em que se debate o mundo que se constituiu como seu viveiro “natural” ou com a necessidade de delinear e de reavivar estratégias mais adaptadas às novas condições da batalha ideológica nacional e internacional — são certamente direção de pesquisa a ter em conta na busca de um esclarecimento concreto dessas questões. (BARATA-MOURA, 1986a, p. 17-18)

Esta obra está organizada da seguinte forma:

Quadro 2 – Sumário completo de “*Da representação à práxis*” (1986a)

Introdução		
Posição (Setzung) e materialidade. Heidegger e a tese de Kant sobre o ser		§1 Questionário, problemática, horizonte de supostos, crítica §2. Da relação ser/pensar à questão da materialidade ou do fundamento objetivo do ser. O “ausente” que por trás do “manifesto” acaba por sempre estar “presente” §3. A pergunta pelo fundamento da ligação entre pensar e ser. Da cópula lógica à posição (Setzung) ontológica. O ser é função de uma <i>Setzung</i> §4. A tese de Kant sobre o ser: não é predicado real, é meramente a posição absoluta de uma coisa. A irredutibilidade da materialidade à consciência §5. A interpretação heideggeriana: o ser não é nada de “real”. A depreciação do “em si mesmo” (da materialidade). A “posição” por outrem A <i>Setzung</i> na órbita da representação §6. A interpretação heideggeriana: o carácter relacional (e não absoluto) da “posição”. O existente é função de uma posição “que afecta os sentidos”. A acção instauradora originária. Fichte: a posição do Não-Eu §7. A ocultação da fundamentação material do ser. Posição, proposição, “ <i>Verbindung</i> ”. A mesmidade de pensar e ser, encarada de um ponto de vista idealista §8. A investida de Heidegger contra a materialidade — incógnita, mas necessária — em Kant. Articulação “ideal” de forma e matéria no conhecer e exigência kantiana de um suposto hilético na intuição sensível. A temática heideggeriana da condição originária de possibilidade do “ser” Notas
O conceito de “práxis” para Merleau Ponty	I. Introdução	§1. Da ambiguidade e da sua ultrapassagem histórica pela prática e pelo pensar. A mediação interrompida. A unidade fluente da contradição e o emparelhamento de contrários §2. Do conceito de “práxis” em Merleau-Ponty. Uma presença não centralmente tematizada. Vertentes e interlocutores

II. Práxis e Constituição Fenomenológica

§3. Intencionalidade e práxis. A dinâmica corporal e a projecção de uma espacialidade compreendida como *Grund* da manifestação em geral. O “sistema prático” da espacialidade
 §4. Constituição praxiológica ou comportamental de um mundo, que não é imediatamente o do cognoscível (representável), mas o do operável (praticável). A problemática do *Ich kann*. Do idealismo da teoria ao idealismo da ação.
 §5. A contraposição entre “representação” e “práxis”. A determinação do “práxico” segundo as dimensões do originário e do originante. O horizonte intersubjectivo da linguagem e da comunicação
 §6. Da constituição no âmbito do conhecer representativo à “practognosia” originária. Compreensão teórica e compreensão praxica do objecto
 §7. A manifestação de uma estrutura subjectiva com funções instituintes. O corpo como “textura” e “instrumento” da objectividade em geral e da sua compreensão. Do horizonte do “conhecido” para o horizonte do “vivido”
 §8. Significação e acção. Uma intencionalidade corpórea. *Parole parlante e parole parlée*. O carácter activo da fala: *parole* e práxis
 §9. A ontogênese linguística. *Vorhabe* e ontologia da práxis, no horizonte de uma valorização da atividade linguística
 §10. Linguagem e viver. Um intento de superar a dicotomia do subjectivo e do objectivo numa unidade que instaure a sua recíproca pertença originária. A linguagem como veículo privilegiado da manifestação. Depreciação ou silenciamento da dimensão transformadora da prática

III. Práxis e comunicação intersubjectiva

§11. Remissão para eventuais elementos marxianos na compreensão merleau-pontyana da “práxis”. Prática e intersubjectividade. A convivência comunicante como horizonte da atividade vital praxica
 §12. A “novidade” da categoria marxiana de “práxis”, segundo Merleau-Ponty. Valorização da práxis e crítica do materialismo. O intento de dissociação entre o pensamento de Marx e o de Engels quanto à prática. A inspiração lukacsiana. A incompreensão do carácter determinante da transformação material e do seu fundamento
 §13. Produtividade humana *versus* materialismo: o carácter transformador da ação humana nega o estatuto ontológico autónomo da matéria. Dialéctica e intersubjectividade. Entre a positividade da existência e a transcendentalidade da posição pela consciência, a originalidade de uma práxis instituinte
 §14. Matéria e práxis. Um necessário esclarecimento do “materialismo prático” de Marx. Objectividade e intersubjectividade. Fenomenologia e marxismo. Os termos da “conquista” do objeto pelo homem. Criação humana pelo trabalho e Natureza
 §15. A reivindicação de uma originação humana da “visibilidade” que transcenda materialismo e idealismo. *Chair, chiasme, entrelacs*. A tese do “cruzamento” originário conserva o paradigma idealista da presença ontologicamente constitutiva do subjectivo
 §16. Práxis e entrelaçamento. Uma dialéctica do “sentido”. Racionalidade práxis e instauração intersubjectiva do “sentido” num certo *recompement* de experiências. Mundo e “sentido”. Imanência do “sentido” à história e advento praxico do mesmo. A práxis como absoluto
 §17. A verdade como constitutiva função de uma “práxis” comunicativa. Uma constituição da “transcendência” na imanência. Processualidade da verdade e mediação humana: entrelaçamento do subjectivo e do objectivo
 §18. A práxis como dimensão da consciência. O núcleo “filosófico” e “crítico” da práxis. A identificação de transformação material e manipulação técnica. Comunicação *versus* transformação
 §19. Os supostos ontológicos da concepção merleau-pontyana. Materialidade e referência necessária a uma subjectividade (corpórea). A passividade como deturpação de uma atividade originariamente instituinte. Uma ontologia fenomenológica: a redução da esfera do real à esfera do “vivido”. Uma radical incompreensão do estatuto ontológico da materialidade
 §20. Fenomenologia merleau-pontyana e ontologia da práxis. Corporeidade e intersubjectividade são traços essenciais, mas insuficientes, para uma subtracção à fundamental matriz idealista de interposição de uma subjectividade como radical condição de possibilidade. *Vorhabe*, “fê perspectiva” e ordem do “vivido”. A obnubilação do carácter prático da “práxis”

Notas

Índice de Nomes

Fonte: Barata-Moura (1986a)

Por fim, *Ontologias da práxis e idealismo* (1986) completa o projeto de uma “reflexão sobre estas novas configurações de um idealismo da ‘práxis’” (BARATA-MOURA, 1986b, p. 18). Ainda, em termos de organização, temos:

Quadro 3 – Sumário completo de *Ontologias da práxis e idealismo* (1986b)

Introdução	§1. Materialismo e idealismo, uma contradição sem sentido ou ultrapassada? Abordagem da questão no quadro de um diálogo com orientações representativas de intentos contemporâneos de fundar uma ontologia na práxis
I. Significação e Materialidade	§2. Heidegger. A resistencialidade (<i>Widerständigkeit</i>) do real como “respondência” a um cuidar humano que o solicita. O <i>Dasein</i> como condição de que “haja ser” e da constituição da sua “independência”. A “verdade” na órbita do <i>Dasein</i> , Constituição do “sentido” e constituição ontológica §3. Gramsci. “Objetividade” do real e “significação”. A demiurgia da atividade humana. A unilateral redução da tese da autonomia ontológica do real à tese da sua criação divina. A estrutural anteposição de uma condição subjectiva à objectividade. A identificação da “objectividade” com o subjectivo universalmente aceite ou corroborado. Historicidade e subjectivação do real
II. Identificação de sujeito e objecto	§4. Sartre. A contemporaneidade do Eu e do Mundo. Anulamento da diferença entre sujeito e objeto e crítica da representação. A pura transparência da consciência. O <i>Pou-soi</i> como condição da presença do ser; a consciência impessoal como “fonte absoluta de existência” §5. A materialidade como instrumentalidade. A atividade humana como condição da objectividade. O caso de Gramsci. A matéria como substrato indeterminado; a matéria como conjunto ou colocação das determinações. A categoria filosófica de matéria como expressão da existência objectiva. A matéria como simples material de transformação e o “idealismo da prática” §6 Heidegger. O diálogo “frutuoso” com Marx: <i>Heimatlosigkeit/Entfremdung</i> na suposição de um abandono do materialismo. A “materialidade” como manipulabilidade e a prática como manipulação técnica. A temática da <i>Zuhandenheit</i> e o carácter “pragmático” das “coisas”. A constituição da “materialidade” no e pelo <i>Dasein</i> §7. O relacionamento teórico Heidegger-Lukács. O papel de Lucien Golgmann na chamada de atenção para ele e a sua subsunção no esquema da “influência”. A problemática de Emil Lask como contexto “mediador”. Gramsci e Lukács. Uma crítica do materialismo mecanicista. Os anos 20 como <i>Gründerjahre</i> . a confrontação com uma problemática que “anda no ar” §8. Lukács. A realidade objectiva como processo social. A Natureza como categoria social. Atitude contemplativa e cisão sujeito-objecto. Reconhecimento do primado do ser e dualismo. Identidade sujeito-objecto e poder constitutivo da “práxis”. Um certo primado da teoria: a consciência tornada prática. Transformação do real e sua compreensão como produto da atividade humana. A “materialidade” como <i>Verdinglichung</i>
III. Do idealismo da representação ao idealismo da prática	§9. Do idealismo da representação ao idealismo da prática. Subjectivação individual e coletiva do real. A “ontologia” da práxis como matriz de solução teórica §10. Gajo Petrovic. A prática é o que revela a verdadeira significação do Ser, ao revelar-se como verdadeira significação do Ser do homem. A prática como essência desenvolvida do Ser. A oposição de materialismo e práxis. O poder criador ou “prático” do pensamento §11. Adorno. A “prioridade do objeto” como simples momento na insuperável dialéctica sujeito-objecto. A <i>Dinghaftigkeit</i> : coisificação e alienação. O objeto como o “não-idêntico”. Materialismo: desejo do objeto e perda do objeto por evacuação da subjectividade constitutiva do seu núcleo significativo central. A proclamação de que o subjectivo é um momento do objectivo. Uma visão reducionista do materialismo. No quadro de um não-dualismo sujeito-objecto, a prioridade do objeto suporia uma prévia relação ao sujeito. Repúdio e fantasiação do materialismo. Mediação “experimental” <i>versus</i> constituição transcendental e teoria do reflexo. O sujeito como <i>Agens</i> , e não <i>Konstituens</i> , do objecto. A reabilitação do idealismo. O pensar como (grande) expressão da prática. Um antimaterialismo que se pretende não-idealista §12. Michel Henry. A prática como dimensão original do ser. O “materialismo” e a <i>Sinnlichkeit</i> : a sensibilidade transcendental. Demarcação radical face à objectivação. O ser como subjectividade. Do sujeito que representa ao sujeito que “se” vive. A subjectividade da práxis: interioridade e individualidade. O “materialismo” como pura vivência da intimidade radical. O “ser como produção” é a própria acção subjectiva na sua interioridade §13. Ontologia da práxis e idealismo. Ambiguidade na assunção dos supostos fundamentais. Habermas e a constituição do mundo pelo trabalho intersubjectivo. Persistência de um modelo transcendentalizante com modificação do seu suporte subjectivo: o trabalho como síntese (transcendental), não no plano do pensamento mas da produção, tendo por sujeito não o indivíduo mas a espécie. A materialidade da Natureza como instrumentalidade para a produção. A “Natureza em si” como abstracto ou um constructo. Desmaterializar o materialismo §14. A materialidade como tal não é conferida pelo trabalho humano, se bem que na materialidade possa estar incorporado trabalho humano. Para um tratamento materialista da questão do materialismo. Materialismo e subjectividade. Materialidade e determinação. O necessário enquadramento material concreto da relação sujeito-objecto.
Notas	
Índice de Nomes	

Fonte: Barata-Moura (1986b)

Delimitemos a análise destas obras a dois eixos: (a) a delimitação de “idealismo” em perspectiva materialista e (b) a delimitação do sentido forte da prática em perspectiva materialista, o que nos obriga a acompanhar o cerne da crítica às “ontologias da práxis”.

Delimitação de “idealismo” em perspectiva materialista

O filósofo e catedrático da Universidade de Lisboa Barata-Moura abre *Ontologias da prática e idealismo* (1986, p. 13) recordando materialismo e idealismo como “[...] duas concepções ontológicas antagônicas, com especial incidência no horizonte da problemática ontognosiológica”, com variantes cujas estruturas fazem-se “[...] essencialmente na órbita de um questionário em torno do estatuto do ser e das diferentes maneiras de lhe responder” (BARATA-MOURA, 1986b, p. 13). Contra os que consideram “[...] a questão da oposição entre materialismo e idealismo” como “[...] uma questão sem sentido ou como uma questão já ultrapassada”, o autor defende a permanência, a relevância e o interesse da questão. Argumenta que “[...] as diversas tentativas contemporâneas de expulsar a questão do materialismo e do idealismo do terreno da legitimidade filosófica apresentam [...] propósitos estratégicos bem definidos [...] de combate contra o materialismo consequente” e até “[...] a intenção suplementar e correlata de proporcionar novo espaço de manobra a um idealismo revisto e adaptado às novas exigências da teoria (e da prática)” (BARATA-MOURA, 1986b, p. 13-14). Em uma das várias sínteses acerca do que está em questão, explica:

Estas posições de aparência “crítica” e “actualizada” [...] passam, no fundamental, por uma negação ou por uma reinterpretação, não raro, mistificadora, da categoria filosófica de materialidade e pela sua extrema relativização, secundarização ou travestimento, quando não mesmo pela sua pura e simples dissolução e abandono.

Nos termos em que genericamente colocam a questão, não haveria, então, que opor materialismo e idealismo, porque, no fundo, por vias mais teóricas ou por vias mais “práticas”, não há uma materialidade, uma objectividade, ontologicamente subsistente. Sempre o real se apresenta ou tem de considerar no quadro da dependência de um esforço humano de “posição” (teórica e prática).

A divina creatio ex nihilo vai paulatinamente cedendo o seu lugar e parte dos seus poderes demiúrgicos a uma *humana positio* ou a uma *menschliche Setzung* [...].

A “novidade” ou a “modernidade” destes posicionamentos residirá, pois, em que, contrariamente a outras doutrinas tradicionais, a componente teleológica directa não é tão flagrantemente invocada, nem ao nível da argumentação, nem ao nível explícito da fundamentação. A negação ou o esbatimento da materialidade intrínseca do real não são, assim, feitas de pronto depender da causalidade eficiente, do extravasamento amoroso ou da forçosa auto-explicação temporal de um deus metafisicamente fundador. (BARATA-MOURA, 1986b, p. 14-15)

Dispõe-se a examinar este movimento em que “[...] o real se apresenta ou tem de considerar no quadro da dependência de um esforço humano de “posição” (teórica e prática)” na qual “[...] a autonomia ontológica” da materialidade do ser vai sendo dissolvida “[...] pela negação imediata [...] da independência ou autofundação desse estatuto”. Isto ocorre mediante a “[...] multiplicação de todo um conjunto de instâncias de matriz subjectiva tendentes a funcionarem como suas radicais (e, em geral, ocultas, quando não mesmo dissimuladas) condições de possibilidade” (BARATA-MOURA, 1986b, p. 13-15). Examinar criticamente “[...] esta questão mais em profundidade” para sondar “[...] um núcleo de supostos em que algumas destas argumentações que contemporaneamente procuram despedir a referida contradição

assentam”, com foco particular “[...] ao papel que à “práxis” alguns pensadores contemporâneos procuram conferir” é a meta de *Ontologias da “práxis” e idealismo* (BARATA-MOURA, 1986b, p. 15).

Para isto, um breve exercício de retomada dos traços definidores das ontologias idealistas e das ontologias materialistas é realizado tanto em *Da representação à práxis* (com mais detimento) quanto em *Ontologias da “práxis” e idealismo*. Expomos abaixo as passagens em questão:

Quadro 4 – Traços definidores

Materialismo	Idealismo
<p>“A questão do materialismo é uma questão fundamental, porque o ser na sua concreção é fundamento e horizonte de fundamentação.</p> <p>O materialismo não é, portanto, praticamente uma questão de opção. A nossa colectiva pertença prática a um real em devir e transformação não é uma questão preliminar de opção. É, sim, o solo ou terreno — consistente e movente — que possibilita as opções, o horizonte concreto em que se vão determinando.</p> <p>A contradição de materialismo e idealismo não se estabelece nem se resolve por uma questão de opção. A materialidade do real tem estatuto ontológico, não é um instituto jurídico. Não se decreta; e por isso também não se revoga, por subtis e espirituosas que sejam as argumentações ou por intensa e determinada que se afigure a “vontade política”. Discute-se, debate-se, por certo; mas o propósito mesmo de a denegar teoricamente é simultânea afirmação prática da sua presença histórica, da sua actualidade devenida.</p> <p>Estamos a falar de filosofia. Estamos a falar de fundamentação. Estamos a falar de itinerários — diversos e contraditórios — de procura de inteligibilidade para um real em cuja órbita não apenas nos situamos, mas activamente intervimos.</p> <p>A inteligibilização é um processo teórico, mas não se esgota na teoria. Arranca da própria prática em que o nosso viver consiste, acompanha-a, perspectiva-a, enquadra a nossa própria intervenção material numa realidade que é objectiva não apenas diante de nós, mas em cuja objectividade o nosso operar — pensante, desejante, afectuoso, volente, prático — se dá.” (BARATA-MOURA, 1986, p. 14-15)</p>	<p>“Um dos traços centrais do idealismo, do ponto de vista filosófico, consiste precisamente não tanto numa eventual negação da materialidade, mas na tentativa de condicionar subjectivamente o estatuto ontológico dessa mesma materialidade, no sentido de lhe antepor estruturas (subjectivas) de possibilitação e de determinação.</p> <p>O idealismo não é, pois, uma opção prévia. Por mais que a temática da originação lhe seja cara, é uma resposta, é uma tomada de posição face à materialidade do real.</p> <p>A idealidade nunca é um <i>primum</i>. Nem ontologicamente, nem gnosiologicamente; nem ontogeneticamente, nem filogeneticamente. A idealidade, em termos radicais, também nunca é um <i>fundamentum</i>. A idealidade está estruturalmente dependente de contextos materiais e é inseparável de uma mediação subjectiva, sempre intra-real e nunca pré- ou ante-real.</p> <p>Historicamente, o idealismo tem conhecido e conhece uma diversidade significativa de itinerários. Parte, em regra, nos seus mais destacados cultores, de uma determinada vivência de aspectos centrais da atividade subjectiva. É esse o seu mérito. O seu vício desenvolve-se, em geral, em torno de uma absolutização ou de uma extensão abusiva destes mesmos aspectos, no quadro de uma certa incapacidade de surpreender a sua efectiva concreção, a sua dialéctica fundamentação material.</p> <p>A actividade da consciência representativa, a actividade da consciência moral, a actividade do desejo e da vontade, a actividade poética da linguagem, têm sido alguns dos seus paradigmas mais afortunados. No entanto, também a actividade prática pode funcionar e tem funcionado como ocasião de desenvolver e matizar concepções idealistas. Ao lado de um tradicional idealismo da teoria vemos, assim, desenhar-se um novo idealismo da ‘práxis’. Trata-se de um idealismo que em regra rejeita esse mesmo qualificativo, na medida em que se pretende crítico ‘radical’ das absolutizações costumeiras da consciência representativa e dos seus mecanismos, bem como das tentações monadológicas que as acompanham.</p> <p>No entanto, perfila-se, de facto, como idealismo, uma vez que por sistema antepõe à materialidade do real uma condição subjectiva de possibilitação.</p> <p>Haverá, portanto, que precisar o conteúdo temático da própria categoria materialista de ‘idealismo’. Ela não se restringe à designação genérica de concepções que visam pro-duzir o ser a partir de uma espontaneidade constitutiva protagonizada por uma consciência ou uma vontade — individuais, intersubjectivas ou divinas. Ela pode e deve abarcar também doutrinas que sustentam uma instauração ontológica do real na sua materialidade e/ou determinação a partir de uma instância ‘práxica’ originante”. (BARATA-MOURA, 1986a, p. 15-17)</p>

Fonte: Barata-Moura (1986a)

Esta delimitação daquilo que é a ontologia materialista é essencial para aclarar o que é, em perspectiva materialista, o idealismo. A precisão destas duas categorias opera como pano de fundo para que compreendamos os limites das “ontologias da ‘práxis’”, como veremos a seguir.

A crítica materialista aos supostos idealistas das ontologias da “práxis”

Analisar, examinar, clarificar “um núcleo de supostos” que sustentam “o papel que à ‘práxis’ alguns pensadores contemporâneos procuram conferir” (BARATA-MOURA, 1986, p. 15) é objetivo de um movimento de investigação relatado nestes livros, que envolveu, especificamente, o estudo das obras de Georg Lukács (1885-1971), Martin Heidegger (1889-1976), Antonio Gramsci (1891-1937), Theodor Wiesegrund Adorno (1903-1969), Jean-Paul Sartre (1905-1980), Maurice Merleau-Ponty (1908-1961), Gajo Petrovic (1927-1993), Michel Henry (1922-2002) e Jurgen Habermas (1929-).

A questão de fundo que atravessa a forma como estes autores trabalham o tema da prática refere-se “ao nível dos supostos mais radicais”, o que Barata-Moura chama de uma “variação [...] do tema fundamental da *Setzung*, da posição”, com um “conjunto de implicações fundamentais” relativas à fundação de uma “ontologia da práxis”. O autor anuncia que a análise dos fundamentos deste “projecto de instituição de ontologias da práxis” possibilita reconhecer que “se encontra muito mais enredada em pressupostos de natureza idealista do que na imediatez de suas formulações costuma transparecer ou ser admitido”. Destaca que este “trabalho filosófico sobre a determinação de categorias” levará “a um desenvolvimento da própria categoria materialista de ‘idealismo’”, de modo a explicitar que encontramos aí “[...] concepções não apenas tradicionalmente repousando na teoria, na consciência, na representação, mas também, eventualmente, concepções que declaradamente remetem e se assumem como reclamando-se da ‘prática’” (BARATA-MOURA, 1986b, p. 16). A tese central defendida por Barata-Moura é, assim, exposta:

Se há — como histórica e sistematicamente se comprova — todo um idealismo da consciência e da representação que, mediante a glosa do tema da *Setzung* (transcendental ou outra), procura atenuar, minimizar, ou dissolver mesmo, a materialidade do ser, haverá também um *idealismo da “práxis”* que, a pretexto, nomeadamente, de uma celebração condigna das potencialidades transformadoras da acção humana, visa, afinal, os mesmos objetivos ontológicos. (BARATA-MOURA, 1986b, p. 16)

Para Barata-Moura, a tentativa de “livrar-se formalmente do idealismo”, sem empreender uma rigorosa “[...] apreciação radical dos seus fundamentos”, leva “diversos círculos” a — referidos acima e os quais ele critica — assumir uma limitada posição:

[...] a tradicional associação do idealismo à consciência representativa, por um lado, e a uma postura tendencialmente solipsista, por outro, *passa* ainda em diversos círculos por uma *caracterização suficiente, adequada e até essencial do idealismo*, bastando, por conseguinte, para lhe escapar, afirmar ou estabelecer uma perspectiva mais radical que apontasse no sentido de *os poderes instituintes virem a ser conferidos a uma outra faculdade (a vontade, a prática) e a um outro sujeito (coletivo, social)*. (BARATA-MOURA, 1986b, p. 109)

Esquece-se, desta forma, “[...] o traço fundamental do idealismo que consiste no não reconhecimento da materialidade do real, da sua existência objectiva” e conserva-se “[...] nestas figuras ou

modalidades de uma pseudo-superação do idealismo, o real na dependência ontológica de uma estrutura subjetiva instituinte, pouco importado para o essencial se ela é declarada prática e intersubjetiva, se teórica e privada” (BARATA-MOURA, 1986b, p. 109).

Uma das importantes sínteses que vai produzir acerca das conclusões a que chega aparece nesta obra em tópico nominado *Do idealismo da representação ao idealismo da prática*, quando, trazendo a categoria “[...] matrizes de solução” enquanto “[...] um princípio formalmente determinante” que “[...] rege opções estruturais profundas susceptíveis de determinações fenomenais muito diversificadas”, procura demonstrar a presença de “uma mesma matriz representacional” em um conjunto de autores com “concepções tão diversas como as de um Hume, de um Kant, de um Husserl, de um Mach ou de um Sartre” (BARATA-MOURA, 1986, p. 110-111):

A efectiva redução gnosiológica de um ser a um aparecer objectual consoma-se aqui, apesar de todas as diferenças relativamente à sua compreensão como predominantemente sensível (ou potencialmente eidético), à sua eventual determinação transcendental (e aos termos em que ela se processa), à instância subjectiva que sustenta a consciência (onde o modelo da unidade egóica está longe de desfrutar de unanimidade), ao carácter absoluto ou relativo das existências que a consciência põe ou surpreende, etc. (BARATA-MOURA, 1986b, p. 111)

“Ontologias da prática” é uma noção teórica que “corresponde, precisamente, a um esforço hermenêutico de detecção de matrizes de solução contemporâneas operando no âmbito da problemática genérica das relações de idealismo e materialismo, sujeito e objecto, teoria e prática, etc.”. Esta noção possibilita reconhecer que as “[...] ontologias da práxis contemporâneas” [...] “manifestam uma nítida tendência para se considerarem como alternativas ao materialismo ou então como superações da estafada dicotomia de idealismo e materialismo”. Tais ontologias da prática “emprestam à categoria ‘materialismo’” as mais variadas modalidades de determinações, que servem de “pano de fundo” para as “mais acaloradas apologias da unidade e da identidade de sujeito e objecto, ou de teoria e prática” (BARATA-MOURA, 1986b, 111-112).

[...] A “práxis” ver-se-á assim chamada a desempenhar uma função unificadora radical, a constituir uma espécie de cimento ontológico, em cujo horizonte último todas as petrificações metafísicas — e, em primeiro lugar, esse grande ancilamento “naturalista” que seria a materialidade — terão de se dissolver. (BARATA-MOURA, 1986b, p. 112)

Têm em comum entre si “um mesmo suposto fundamental” de “atribuírem uma função constitutiva (em termos finalmente ontológicos, se bem que nem sempre desde logo expressos e admitidos) à atividade humana, globalmente designada como ‘práxis’”. Para se estabelecerem, as ontologias da prática recorrem “a processos que passam pela anteposição de uma condição subjectiva (individual ou social) ao domínio da ‘materialidade’ ou da ‘objectividade’”. Uma condição que “liminarmente é declarada como determinante da sua própria possibilidade (imediatamente gnosiológica e, uma vez mais, tendencialmente ontológica)” (BARATA-MOURA, 1986b, p. 112):

Como “matriz de soluções”, emergindo com mais notoriedade, acentuadamente, no nosso século, a ontologia da práxis tem conhecido e conhece uma grande diversidade de particularizações e de ilustrações determinadas.

Começa a desenhar-se com nitidez no desenvolvimento da modernidade. Tanto na sequência de um aprofundamento antroponosiológico da consideração de que as operações representativas e da consciência, em geral, se encontram montadas sobre uma estrutura humana dinâmica — do tipo do “acto”, do “instinto”, do “impulso” — como no horizonte de uma progressiva tomada de consciência do papel desempenhado pela

iniciativa e pelas massas sociais na determinação do acontecer histórico. (BARATA-MOURA, 1986, p. 111-112)

Em outra passagem — *Ontologias da prática e idealismo. Ambiguidade na assumpção de supostos fundamentais* —, o autor traz outra importante síntese que vai nos ajudando a entender o que está em questão:

[...] há fortes indícios de que, no caso de parte substancial das múltiplas ontologias da práxis que contemporaneamente nos assediam, não estamos senão em presença de uma pluralidade de concepções comungando de um mesmo idealismo subsistente, simultaneamente negado (em palavras e intenções) mas persistente na sua própria denegação.

Os matizes que coloram estas concepções podem ser vários, os percursos teóricos respectivos são certamente muito diferentes, mas a mistificação do materialismo consequente permanece como traço fundamental e decisivo. É de facto em torno dela que se atenuam e reduzem todas as eventuais diferenças, todos os particularismos doutrinários.

Onde reside, então, o idealismo destas concepções que, em geral, tanto contra ele protestam e dele não raro declaradamente se demarcam?

Muito sumariamente, e simplificando bastante, poderíamos dizer que as ontologias da práxis tendem a atenuar a radicalidade ontológica da materialidade — existência objectiva — do real *na sua concreção*, colocando-o na dependência ou na órbita de uma instância mais originária, de natureza mais acentuadamente teórica ou prática (consonante os casos, mas igualmente interpretada como “práxis”) que se assume declaradamente ou não (mas facticamente sempre) como sua condição ontológica de possibilidade. (BARATA-MOURA, 1986b, p. 162-163)

Na parte III de *Ontologias da “Práxis” e Idealismo*, que é *Do idealismo da representação ao idealismo da prática*, no parágrafo 14, Barata-Moura precisa o fundamento da crítica materialista às *ontologias da práxis*:

Uma vez que no horizonte aporético da generalidade dos discursos contemporâneos sobre a ontologia da “práxis” Marx é — explicitamente ou não — ponto de referência central, importa talvez recordar que mesmo nos *Manuscritos de Paris de 1844* (texto onde, segundo valorizações diferentes, mais positivas ou menos positivas, quase todos os intérpretes convergem em considerar como mais representativo do Marx da juventude, da proximidade do humanismo, etc.) *deparamos com uma concepção do trabalho e da prática que de modo nenhum pode ser simplesmente convertida num idealismo da criação subjectiva do mundo pelo trabalho humano, em termos e no plano de uma inquirição do seu estatuto ontológico*. (BARATA-MOURA, 1986, p. 175-176)

O autor reproduz então, trecho do Marx dos *Manuscritos*:

O operário não pode criar nada sem a Natureza, sem o *mundo exterior sensível*. Ela é matéria [Stoff] em que o seu trabalho se realiza, em que este é activo, a partir do qual e por meio do qual ele [trabalho] produz. (BARATA-MOURA, 1986b, p. 175)

Barata-Moura comenta detidamente o significado desta passagem:

Creio que desta e de outras afirmações similares dos *Manuscritos* não se pode concluir que a Natureza seja um mero material instrumental — “em si” indeterminado — que precisa do trabalho humano para *começar por ganhar* contorno objectivo.

Pelo contrário, Marx reconhece que a Natureza é condição e base de toda a atividade criativa e modeladora que o trabalho perfaz. O trabalho *não é condição universal da objectividade ou da existência e determinação de objetos*, em geral; o trabalho produz, modela objetos, trans-forma, e, nesse sentido, “cria” ou fabrica *novos* objetos ou objetos com novas qualidades.

No entanto, esses objetos *não existem materialmente por que contenham trabalho*: a instância ontologicamente determinante da sua materialidade *não é o conterem trabalho, é o existirem objectivamente*. Para a existência material determinada de um objeto mediado por sistemas sociais é necessário o concurso do trabalho humano, mas são necessárias também outras condições!

O trabalho não constitui nem põe a materialidade. O trabalho apenas será — e no quadro dialético preciso de uma acção recíproca com todo um complexo de elementos —

condição de possibilidade de *uma forma determinada* de objectividade, e não da objectividade em geral como estatuto ontológico. (BARATA-MOURA, 1986b, p. 176)

O passo decisivo vem, então:

A prática humana, por conseguinte, *não pode ser a base ontológica fundamental*. Só na medida em que trans-forma é que pode in-formar ou formar, dar formas. Não é por si só como *tal instauradora da materialidade*.

A materialidade, do ponto de vista ontológico, não é, por conseguinte, como tal dependente de uma prática que se lhe anteponha, qual condição de possibilidade. Mais: a prática é ela própria um processo material, não se instituindo, com a sua introdução, qualquer fissura dualista no ser. É na base da unidade material real, é no horizonte dessa unidade que a prática se estabelece e se desenvolve concretamente.

O recurso generalizado das ontologias da práxis contemporâneas ao nome de Marx e/ou à categoria de materialismo está bem longe de representar um intento sério de aprofundar esta temática, através de um diálogo consistente com a realidade histórica e com estes referentes. Tem mais a ver, pelo contrário, com a demanda de pretextos ou a cata de legitimações que alegadamente sancionem ou dêem cobertura a diversas espécies re-visão e de re-leitura que, em contexto ideológicos bem determinados, estruturados por conhecidas contradições, invariavelmente traem o desejo de fazer regressar o idealismo, de o reintroduzir ao nível dos supostos.

Visando objetivos, ou inserindo-se em estratégias, de intervenção ideológica muito mais directa (mesmo quando afectando apenas segmentos seleccionados da intelectualidade e do “mundo da cultura”), a convocação de Marx e do materialismo não passa, assim, em muitos desses casos, ao nível dos supostos, de expediente destinado a procurar reabilitar ou relançar — não tanto como rótulo classificativo, mas sobretudo em termos de conteúdo — um idealismo cada vez mais envergonhado e cada vez mais incapaz de dar adequadamente conta dos processos reais. (BARATA-MOURA, 1986b, p. 177)

As passagens transcritas na íntegra visam a explicitar a posição do autor de negar toda a “ontologia da práxis” que funda *a realidade* exclusiva e principalmente no trabalho humano. Precisamente, citando Marx, Barata-Moura retomará que “[...] o operário não pode criar nada sem a Natureza, sem o *mundo exterior sensível*”. Desta afirmação, “[...] não se pode concluir que a Natureza seja [...] um mero material instrumental — ‘em si’ indeterminado — que precisa do trabalho humano para *começar por ganhar* contorno objectivo”. Diversamente, “Marx reconhece que a Natureza é condição e base de toda a atividade criativa e modeladora que o trabalho perfaz”. Neste sentido, fundamentalmente, “[...] o trabalho não constitui nem põe a materialidade”. Fundamentalmente, “[...] o trabalho não é condição universal da objectividade ou da existência e determinação de objetos, em geral”. Com precisão, o “[...] trabalho produz, modela objetos, trans-forma, e, nesse sentido, “cria” ou fabrica *novos* objetos ou objetos com novas qualidades”. Mas isto nada tem a ver com qualquer expectativa de que estes objetos existam “[...] materialmente por que contenham trabalho”. Efetivamente, “[...] a instância ontologicamente determinante da sua materialidade não é o conterem trabalho, é o existirem objectivamente”. Por esta razão, a “prática humana” [...] “não é por si só como tal instauradora da materialidade”, ou seja, “[...] não pode ser a base ontológica fundamental”, no sentido do fundamento radical. (BARATA-MOURA, 1986b, p. 177).

A delimitação do sentido forte da categoria materialista “prática”

Em obra posterior às três que analisamos até aqui – *Prática: para uma declaração do seu sentido como categoria filosófica*, Barata-Moura (1994, p. 87-104) – o filósofo precisa em registro filosófico⁷ um sentido forte⁸, que considera “[...] em substância, [...] reconhecer e pensar a prática, fundamental e nuclearmente,

como atividade material de transformação”. Principia por nos chamar a atenção “[...] para dois aspectos principais, que condicionam toda a aplicação pensante deste instrumento categorial de penetração na complexidade do real”. Por um lado, “[...] tornar patente o constitutivo da prática como acção” que se refere ao “[...] exercício de uma atividade cujo traço determinante é consistir na mediação material, objectiva, de transformação do ser”. Por outro lado, “[...] num plano de operacionalização epistemológica”, a categoria prática permite “[...] unificadamente uma lida com problemas, e um esclarecimento de problemas, — na generalidade, importantes — que em regra se manifestam ou decorrem de muitas abordagens onde, desconectada (ou até isolada) do seu sentido “forte”, ela acaba por exhibir outros matizes de significação”. Nesta acepção de categoria filosófica, “[...] instrumento categorial de penetração na complexidade do real”, a prática possibilita “[...] pensar (e, eventualmente, resolver), de modo consistente e fundado, os problemas que em outros contextos concepcionais vêm à superfície como carecendo de inteligibilidade”. Recupera a contribuição de Marx para o “[...] reconhecimento do papel central da prática na mediação histórica do ser pelas coletividades humanas”, assim como “[...] de uma sua compreensão essencial como atividade material de transformação” (BARATA-MOURA, 1994, p. 87-88). Diz:

Esta contribuição desenvolve-se, no plano ontológico, sob o fundo (estruturante) de uma tese que reputo determinante: a da unidade de materialismo e dialética.

A unidade do ser — em cujo âmbito multiplicidades várias se tecem e entretecem — é uma unidade material que, do mesmo passo, é também unidade devenida de um processo de totalidades concretas; no interior desta complexidade múltipla (por vezes, contraditória) de determinações e de relações, como ingreência sua (e não como instância dualizadamente justaposta ou sobre-imposta), a prática desenvolve e consoma um incontornável poder de reconfiguração.

Em suma, para compreender e para transformar a realidade — o horizonte do nosso viver concreto — a instância da prática é decisiva”. (BARATA-MOURA, 1994, p. 88-89)

Neste esforço de precisão categorial — bastante mais rico do que aquilo que conseguimos reportar em tão pouco espaço —, o autor destaca que “[...] na textualidade marxista”, “[...] a ação política, a experimentação e o trabalho assomam como figuras particulares da prática — atividade materialmente transformadora” (BARATA-MOURA, 1994, p. 97).

No que toca à ação política, está em questão “[...] o trabalho de transformação das idealidades e das consciências”, que se encontra “[...] estruturalmente carecido daquele efectivo poder de materialização que define o núcleo constitutivo da prática”: “[...] “ideias [...] não podem executar nada [...]. Para o executar das ideias são precisos os homens, que empregam um poder (Gewalt) prático”. Há aí tarefas, entre outras, “que se colam a um projecto de remodelação da sociedade”, um projeto de “[...] revolucionar o mundo existente, de atacar praticamente e de transformar as coisas que se encontram” (BARATA-MOURA, 1994, p. 98).

No que toca à experimentação, destaca: “[...] o experimento — aquilo de que Engels fala [em Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã] — é uma atividade prática, de transformação ou feitura efectiva, envolve a realização prática, operativa, de um teste: é constitutivamente produção, e não mera exibição, de algo” (BARATA-MOURA, 1994, p. 99-100).

Por fim, o trabalho é o “[...] outro domínio de evidenciação da prática”. Expõe:

Com o trabalho, a prática assoma na sua constitutiva dimensão estrutural, e estruturante, da produção e reprodução do viver pelas e nas sociedades humanas.

Mas a prática, enquanto categoria filosófica, não se reconduz, para Marx, à sua exclusiva dimensão económica. Aqui, como em muitos outros contextos, é indispensável ter presente que o materialismo — designadamente, o de Marx — não é um economicismo. “Toda a vida social é essencialmente prática” — decerto; só que não é porque apenas fundada no trabalho, nem — como outros pretendem — simplesmente porque é social, mas, em substância, porque globalmente ela possui um carácter material de transformação.

Esse é o horizonte do nosso viver. (BARATA-MOURA, 1994, p. 101)

Em *Ideologia e Prática* (1978), Barata-Moura recupera a “[...] aceção marxista-leninista”, segundo a qual a prática “[...] modifica, transforma ela própria a realidade objectiva”. O autor destaca que “[...] não é suficiente determinar a prática como uma transformação de “[...] uma matéria-prima” (cujas natureza não se esclarece devidamente), mediante um ‘trabalho’ (cujo carácter não é igualmente e inequivocamente definido)”. O aspecto decisivo é a “[...] determinação do carácter objectivo da prática” (BARATA-MOURA, 1978, p. 251).

Recorrendo a Heinrich Opitz:

O conceito marxista de práxis relaciona-se com o conjunto do processo, no qual a humanidade transforma a realidade objectiva. A práxis é o processo de vida material da sociedade, em que a humanidade permanentemente se mantém e desenvolve. À práxis pertencem, por exemplo, a produção, o trabalho, assim como a luta de classes, a atividade política, a formação de condições de vida e de trabalho socialistas e outras atividades. (OPITZ, 1975, citado por BARATA-MOURA, 1978, p. 252)

É por esta razão que o “[...] trabalho em que a prática consiste não é, por conseguinte, um trabalho espiritual ou especulativo”, pelo contrário, é “[...] um trabalho que “[...] objectivamente, materialmente, transforma a própria realidade objectiva” Barata-Moura. Não está falando de “[...] um projecto, um plano, uma ideia ou uma concepção”, mas do “[...] próprio processo social de transformação da natureza” (BARATA-MOURA, 1978, p. 252). Defende:

É pela e na prática que, dia a dia, se vão materializando grande parte dos processos que constituem e integram a história concreta da manifestação real. A prática é, efetivamente, um momento e uma componente essenciais do devir contraditório da matéria. Identifica-se com a mediação social objectiva do real. (BARATA-MOURA, 1978, p. 253)

No esforço de distinguir a categoria materialista prática e desautorizar os *idealismos da “práxis”*, em outra obra, *Da representação à práxis*, Barata-Moura é contundente:

Por mais humanista que o projecto marxista seja — e seguramente que o é — nada autoriza a que se faça dele um idealismo, designadamente, em matéria de ontologia. É que nem mesmo a prática de Marx [...] monopoliza ou coincide com o domínio do ser. Para o marxismo, nem o ser se reduz à prática, nem a história se reduz à prática; do mesmo modo, também a prática não é condição estrutural e instituinte de possibilidade nem do ser, nem da história, nem da materialidade. (BARATA-MOURA, 1986a, p. 131)

A *prática*, em rigorosa aceção materialista e dialética, portanto, nada porta de um “[...] sentido de que a matéria só exista ou só tenha significado em função de uma prática”. Tampouco refere-se “apenas a uma atitude teórica de reconhecimento do primado da realidade objectiva ou da unidade material do real”. No materialismo de Marx há uma dimensão fundamental, constitutiva que se refere à “[...] dimensão prática, *interveniente*, transformadora, nessa realidade mundana objectiva em que dialecticamente se inscreve”. Trata-

se de “[...] revolucionar o mundo existente [*bestehende*], de *agarrar e de transformar as coisas encontradas [como já estando dadas, vorgefundnen]*” (BARATA-MOURA, 1986a, p. 119).

Elementos e notas para estudos posteriores

Em primeiro lugar, este conjunto de estudos de Barata-Moura é particularmente interessante para um diálogo crítico com as perspectivas de formação de professores que reivindicam a abordagem materialista e dialética do problema, defendendo a existência da prática do ensino e do estágio supervisionado como eixos da formação, recordando-nos que, para Marx, não se trata “apenas a uma atitude teórica de reconhecimento do primado da realidade objectiva ou da unidade material do real”, mas do incluir uma dimensão “[...] *interviente, transformadora*” na realidade objetiva, no sentido de “[...] revolucionar o mundo existente [*bestehende*], de *agarrar e de transformar as coisas encontradas [como já estando dadas, vorgefundnen]*” (BARATA-MOURA, 1986a, p. 119). Neste sentido, é fundamental um revisitar daquilo que temos programado para esta instância da formação de forma a ver bem as expectativas que sobre ela temos depositado. Este exercício de autocritica talvez denuncie o caráter profundamente idealista das nossas projeções, quem sabe excessivamente centradas na expectativa de que se encontrar empiricamente no trabalho pedagógico seja suficiente para conhecer *aquilo que é* a realidade deste trabalho. Talvez profundamente marcadas pela ilusão de que o simples remeter à prática resolva a problemática da ligação do sujeito com a objetividade, à materialidade. Talvez compreendamos que o problema fundamental não está em encharcar os horizontes dos estudantes em formação pré-profissional de realidade, mas de instrumentos que possibilitem compreender a totalidade de relações que determinam esta realidade e, de dentro delas, trabalhar em perspectiva de luta de classes para transformá-las com profunda consciência dos limites desta atuação.

Um segundo núcleo de contribuições que devemos fazer movimentar-se refere-se ao estudo cuidadoso das críticas efetuadas por Barata-Moura a Lukács e a Gramsci, pela especial influência que ambos os autores possuem na formação do pensamento marxista no Brasil, assim como, no caso de Gramsci, uma vasta rede de intelectuais que se apoiam no seu pensamento para pensar a política educacional e as proposições pedagógicas. Para além de descartar estas referências, trata-se de revisar a pertinência das críticas e a necessidade de revisar os desdobramentos que porventura as perspectivas constatadas tenham na produção do pensamento educacional brasileiro.

Por fim, um terceiro núcleo de implicações advindas das contribuições de Barata-Moura nesta vasta investigação refere-se à necessidade de ultrapassarmos a ilusão de que a “prática” seja uma categoria transparente, resolvida no que toca a remeter imediatamente aquilo que é a realidade em perspectiva materialista e dialética. O balanço de teses e dissertações⁹ que temos empreendido surpreende pela ausência de um estudo mais aprofundado desta categoria que consideramos central para a formação de professores no Brasil. As investigações de Barata-Moura evidenciam uma polissemia filosófica que, no mínimo, nos deveria tornar atentos quanto ao desconhecido que pode estar por trás do aparentemente conhecido.

Nos parece que uma agenda de investigações se delinea. E, a nosso ver, demanda respeitar a regra científica de que “Sem o domínio do conhecido, não é possível incursionar no desconhecido” (SAVIANI, 1987, p. 51). Esta agenda inclui a demanda de revisão dos estudos deste importantíssimo estudioso do tema da prática.

Referências

- BARATA-MOURA, J. **Ideologia e Prática**. Lisboa: Caminho, 1978.
- BARATA-MOURA, J. **Da representação à “Práxis”**. Lisboa: Caminho, 1986a.
- BARATA-MOURA, J. **Ontologias da “práxis” e idealismo**. Lisboa: Caminho, 1986b.
- BARATA-MOURA, J. **Prática: para uma esclarecimento do seu sentido como categoria filosófica**. Lisboa: Colibri, 1994.
- BARATA-MOURA, J. **As teses das “teses” – para um exercício de leitura**. Lisboa: Editorial “Avante!”, 2018.
- BARATA-MOURA, J. **O outro Kant**. Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa. Lisboa: UL, 2007.
- SAVIANI, D. **Escola e democracia**. Campinas: Autores Associados, 1987.

Notas:

- ¹ A preparação e revisão textual foi realizada por Ludmila Rodrigues - ludmila.rdgs@gmail.com As citações de Barata-Moura respeitam a grafia do filósofo que apresenta uma leitura crítica do acordo ortográfico.
- ² Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia. Pós-Doutorado em Filosofia e História da Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas. Em estágio Pós-Doutoral na ESEFID UFRGS. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas Marxismo e Políticas de Trabalho e Educação – Link: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/195099>. Editora da Revista Germinal: Marxismo e Educação em Debate. E-mail: elza.peixoto@ufba.br Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8251505193270837> Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4430-241X>
- ³ Tradução: Marília Portela - mariliaportela.trad@gmail.com
- ⁴ Tradução: Ludmila Rodrigues – ludmila.rdgs@gmail.com
- ⁵ Em que pese a importância deste filósofo para a história do desenvolvimento do marxismo em língua portuguesa sua obra circula com muita dificuldade no Brasil. Desconhecemos iniciativas para a publicação de suas contribuições a partir de editoras brasileiras.
- ⁶ Uma obra é clássica quando traz contribuições que se mantêm atuais. O conjunto de contribuições que Barata-Moura traz para (a) a compreensão da tradição na qual Marx e Engels se formam e que revolucionam; (b) para a compreensão daquilo que Marx e Engels pensam e como pensam; (c) para o aprofundamento e a compreensão do materialismo dialético e da dialética materialista; (d) para a investigação rigorosa e radical da ontologia em Marx e Engels, tornam o estudo de sua obra imprescindível. Justamente esta condição privilegiada possibilita ao catedrático uma importantíssima revisão crítica do problema da prática na tradição marxista. Contribuições que pretendemos trazer neste manuscrito.
- ⁷ “Entendo por registro filosófico fundamental aquele campo de instalação de um pensar em que, ao nível dos supostos, a filosofia é chamada a intervir para uma esclarecimento da dimensão ontológica concreta que envolve a perspectivação societal humana das acionalidades no horizonte devenida da história, designadamente, na tripla vertente de uma inquirição que pergunte pelos fundamentos, que demanda um enquadramento radical do exame crítico daquilo que determinadamente se nos oferece, que cuida de um estabelecimento esclarecido dos *problemas* ou das tarefas com as quais há que lidar, em termos de teoria ou de realização material” (Barata-Moura, 1994, p. 87).
- ⁸ “[...] prende-se, decisivamente, com o respectivo carácter rigoroso e estruturante [...] Tomada na sua acepção ‘forte’ quando, para além da consistência emergente da determinação do seu teor, ela vem a ocupar uma posição frontal relativamente a um conjunto diversificado de tratamentos e de abordagens que relevam de áreas específicas de interesse, porventura, não imediatamente conectadas. (Barata-Moura, 1994, p. 87).
- ⁹ Uma primeira exposição deste balanço foi exposta no Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo – EBEM, realizado em Belém do Pará. SANTOS, Yuri; PEIXOTO, Elza. Revisão das teses e dissertações em educação física que discutem a prática como critério de verdade. VII Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo, 03 a 05 de maio de 2016. Belém, Pará. Disponível em: http://soac.abem.pro.br/ocs/index.php/VIIIEBEM/VII_EBEM/paper/view/283/234 Acesso em: 25.07.2020. 01:08.

Recebido em: 24.07.2020

Aprovado em: 26.07.2020